

Dívida Ecológica

Por iniciativa do presidente Fernando Collor, o governo federal voltou a desfraldar a bandeira da conversão da dívida externa brasileira em projetos de preservação ecológica. O anúncio já tinha sido feito pelo presidente durante a sua visita a Washington. Agora, técnicos do ministério da Economia, ao que se noticia, estudam as maneiras de viabilizá-la.

Converter dívidas em investimentos de interesse público é um tipo de negociação já incorporada à prática administrativa brasileira. Nos últimos anos, a fórmula foi usada várias vezes, principalmente na área do Banco Central, para honrar compromissos de realização difícil. Não há nada de estapafúrdio que o expediente seja oferecido, agora, aos credores internacionais. Dos US\$ 120 bilhões que o Brasil deve hoje, quase a metade, ou seja, US\$ 54 bilhões, poderiam ser transformados, segundo a nossa lei, em investimentos diretos.

A proximidade da Rio 92 torna não só politicamente oportuno reeditar-se a idéia da conversão, como também não deixa de constituir, de certa maneira, um fator de pressão a favor do Brasil. São os países do Primeiro Mundo que mais reclamam, atualmente, contra as agressões praticadas contra a natureza em território brasileiro. Os protestos mundiais contra o desmatamento na Amazônia por pouco não provocam, no governo Sarney, um incidente diplomático.

Por que, então, não conchamar os países ricos a materializar, na forma de investimentos, as suas preocupações quanto ao meio ambiente brasileiro?

A transferência gratuita de tecnologias avançadas pelos países do Primeiro Mundo tem sido

uma das reivindicações mais frequentes do presidente Collor nos seus pronunciamentos internacionais. Recentemente, nos Estados Unidos, o ministro Francisco Rezek repudiou, de maneira quase agressiva para um ministro das Relações Exteriores, a possibilidade de projetos ecológicos de alta tecnologia virem a ser transformados em objetos de comércio pelos países mais desenvolvidos. Seria uma hipocrisia inaceitável.

Na mesma proporção em que se dá a grita internacional pelo meio ambiente brasileiro deveria desenvolver-se, de fato, a idéia da co-responsabilidade mundial sobre os destinos da Amazônia e, quiçá, de todos os monumentos naturais do planeta de grande significação. O apelido de *pulmão do mundo*, que foi atribuído à região amazônica, estabelece por si só uma escala de importância que extrapola as fronteiras nacionais.

Não se pode culpar apenas o Brasil pelo estado de degradação das suas florestas, entre outros males. Se nunca fez parte da plataforma de nenhum governante, depois da Independência, destruir a natureza, a proteção do meio ambiente não foi uma grande preocupação entre os colonizadores, que durante séculos promoveram grandes devastações no território nacional à cata de riquezas que só beneficiaram a Europa.

Os pesados compromissos da dívida externa, hoje, agravam o problema da proteção ambiental, na medida em que empobrece ainda mais o país e esvazia, na área governamental, o seu poder de investir. A conversão da dívida é uma ótima solução para se compensarem relações desiguais e conflituosas. Os lucros serão do Brasil e do mundo.